



**UNICEUB - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA**

**PRISCILA BARROS MATIAS**

**POSSIBILIDADE JURÍDICA DE RESPONSABILIDADE CIVIL  
DOS ADOTANTES PELA DEVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS POR  
INTERMÉDIO DA ADOÇÃO**

Brasília

2013

PRISCILA BARROS MATIAS

**POSSIBILIDADE JURÍDICA DE RESPONSABILIDADE CIVIL  
DOS ADOTANTES PELA DEVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS POR  
INTERMÉDIO DA ADOÇÃO**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado  
em Direito do UniCEUB - Centro  
Universitário de Brasília.

Orientador: Georges C Frederico M  
Seigneur

Brasília

2013

As crianças e adolescentes que sofreram violação aos seus direitos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, em especial minha mãe Ana Valéria Barros Matias e meu pai José Artur Matias Filho, pelo apoio incondicional à conclusão do curso e às minhas demais concretizações.

Ao meu namorado Alessandro Max Bearzi Ramalho, pelo amor, incentivo e compreensão.

Ao meu orientador, pela paciência e serenidade em seus aconselhamentos.

Aos meus amigos que acompanharam meus esforços.

## **RESUMO**

Objetiva-se com a presente pesquisa firmar a possibilidade de indenização por danos morais a crianças e adolescentes acolhidos em adoção e, posteriormente, devolvidos pelos adotantes ao Estado, sem justificativas razoáveis. A legislação comum e a legislação especial não dispõem sobre a devolução de adotando ao Estado, razão pela qual há casos em que os adotandos restam prejudicados, sem qualquer compensação, ao passo que os adotantes conservam-se ilesos. A situação é conflitante com os princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como os princípios constitucionais, que asseguram os direitos fundamentais às crianças e adolescentes. Nesse sentido a pesquisa visa a abordagem das características e finalidade da adoção, o estudo dos fatores relevantes que levam os adotantes à devolução, bem como utiliza o abandono afetivo como fundamento para responsabilidade civil, elucidando o afeto e o cuidado como aspectos relevantes para a constituição da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Devolução adoção. Princípio da dignidade da pessoa humana. Abandono afetivo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 ADOÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 Conceito.....	9
1.2 Origem do instituto e finalidade social e humanitária.....	10
1.3 O burocrático procedimento da adoção para os interessados e a segurança da medida para os adotandos.....	14
1.4 Fracasso da adoção e devolução dos adotandos - Frustração dos adotantes e expectativas criadas pelas crianças e adolescentes .....	22
<b>2 RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>26</b>
2.1 Conceito e função .....	26
2.2 Responsabilidade Civil Subjetiva e Responsabilidade Civil Objetiva.....	27
2.3 Pressupostos da Responsabilidade Civil .....	29
2.3.1 <i>Conduta</i> .....	29
2.3.2 <i>Dano</i> .....	30
2.3.3 <i>Nexo de causalidade</i> .....	32
2.4 Dano Moral.....	32
<b>3 APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL À DEVOLUÇÃO DOS ADOTANDOS .....</b>	<b>36</b>
3.1 Correlação entre devolução e abandono afetivo – Responsabilidade civil pela violação ao princípio da dignidade da pessoa humana.....	36
3.2 Obrigação de indenizar em face da devolução dos adotandos.....	41
3.3 Caso concreto ilustrativo.....	43
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

O presente tema foi escolhido em razão da ausência de previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro, voltada especificamente para a questão da devolução, ao Estado, de crianças e adolescentes que foram acolhidos através da adoção.

Nota-se que o procedimento da adoção é assegurado na legislação brasileira, por meio do Estatuto da Criança e Adolescente e do Código Civil, entretanto a lei é omissa no que concerne ao insucesso dessa medida.

A falta de êxito na adoção pode ocasionar prejuízos psicossociais ao adotando, em razão das expectativas criadas por ele e do vínculo afetivo constituído com a família adotante. Dessa forma, analisa-se a possibilidade de indenização a crianças e adolescentes pelos danos morais decorrentes de uma adoção frustrada. Esta análise é realizada em conformidade com os princípios de proteção à criança e ao adolescente, enfatizando-se dentre estes o princípio da proteção integral e prioritária, bem como os princípios constitucionais, ressaltando-se o princípio da dignidade da pessoa humana.

A pesquisa empreendida tem base nos registros doutrinários acerca do tema, bem como em artigos jurídicos. Utiliza-se da mesma forma a legislação, como a Constituição Federal, o Código Civil Brasileiro e a lei específica (Estatuto da Criança e do Adolescente). Utiliza-se, ainda, jurisprudência.

Para a defesa da tese, aborda-se no capítulo 1 a origem, o conceito e finalidade da adoção. Evidenciam-se suas alterações consoante o tempo e a transformação da sociedade. Comenta-se, outrossim, acerca do procedimento para adotar e realça-se a atual austeridade e burocracia, relacionando-a a mudança da finalidade da adoção de outrora. Neste contexto, ainda demonstra-se as dificuldades que, possivelmente, levam as famílias à intenção de devolver o adotando.

No capítulo 2 discorre-se sobre a responsabilidade civil. Apontam-se os pressupostos gerais e necessários de sua caracterização. Além disso, pontua-se o dano moral e a possibilidade de crianças e adolescentes sofrerem este dano.

O capítulo 3, por sua vez, relaciona a devolução ao abandono afetivo. Esta correlação tem a finalidade de embasar a defesa da responsabilidade civil, visto que o abandono afetivo tem sido fundamento de indenização por danos morais, em que pese a polêmica sobre o assunto. Dispõe sobre a caracterização do abandono afetivo e da devolução dos adotandos como violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, em razão da importância do afeto e do cuidado para constituição dos valores pessoais e sociais.

Pormenoriza-se, ainda, que a indenização por danos morais decorrente de devolução de adoção, só deve ser admissível em circunstâncias pontuais, quando a devolução for injustificada e houver real prejuízo moral ao infante quanto ao seu desenvolvimento psicossocial.

Por fim, mostra-se caso concreto de devolução de adotando em que houve evidente violação aos direitos da personalidade da criança, configurando hipótese passível de responsabilização dos adotantes.



# 1 ADOÇÃO

## 1.1 Conceito

É imperiosa a delimitação conceitual de adoção. O instituto da Adoção é regulado pela Lei 8.069/90, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, com as alterações advindas da nova Lei da Adoção 12.010/09, bem como pelo presente Código Civil, sendo conceituada por diversos e respeitáveis doutrinadores.

O próprio legislador preocupou-se em definir o instituto e elucida que “a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”.<sup>1</sup>

Para Carlos Roberto Gonçalves, em concepção simples, “Adoção é o ato jurídico solene pelo qual alguém recebe em sua família, na qualidade de filho, pessoa a ela estranha”.<sup>2</sup> Washington de Barros Monteiro, similarmente, apresenta conceito: “A adoção cria direitos e deveres recíprocos, inclusive a mudança de estado familiar do filho, com ingresso deste numa família que lhe era estranha”.<sup>3</sup> Caio Mário da Silva Pereira, por sua vez, leciona: “A Adoção é, pois, o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim”.<sup>4</sup>

Maria Helena Diniz conceitua conforme definições estabelecidas por variados e exímios doutrinadores:

“Adoção vem a ser o ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo

---

<sup>1</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 41.

<sup>2</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 376.

<sup>3</sup> MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito de família*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2. p. 402.

<sup>4</sup> PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 411.

para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha”.<sup>5</sup>

Silvio de Salvo Venosa considera a adoção contemporânea:

“A adoção é uma filiação exclusivamente jurídica, que se sustenta sobre a pressuposição de uma relação não biológica, mas afetiva. A adoção contemporânea é, portanto, um ato ou negócio jurídico que cria relações de paternidade e filiação entre duas pessoas. O ato da adoção faz com que uma pessoa passe a gozar do estado de filho de outra pessoa, independentemente do vínculo biológico”.<sup>6</sup>

## 1.2 Origem do instituto e finalidade social e humanitária

Tem se informação de que a prática da adoção iniciou-se na Antiguidade pelos povos orientais, com previsão nos Códigos de Hamurabi e de Manu<sup>7</sup>. Naquele período, a adoção tinha o escopo de dar sucessão ao culto doméstico<sup>8</sup>. Em distintas palavras, “o instituto da adoção tem sua origem mais remota na necessidade de dar continuidade à família, no caso de pessoas sem filhos”.<sup>9</sup>

Contudo, malgrado a finalidade primordial da adoção, àquela época, ser a de perpetuar o nome e o culto doméstico, alguns dos primeiros artigos do Código de Hamurabi já não escapavam ao sensível conteúdo humanitário da adoção. Pode-se constatar isto pela leitura do artigo 186 do Código de Hamurabi, o qual aceitava o retorno da criança à convivência dos pais biológicos, quando estes reclamassem sua ausência.<sup>10</sup>

Na Grécia a adoção exerceu respeitável função social e política, no entanto foi em Roma que se desenvolveu notavelmente.<sup>11</sup> Na civilização greco-romana, a importância da adoção era exatamente relativa ao papel exercido pelo *pater famílias*, temeroso de não deixar descendentes e acarretar a extinção da

<sup>5</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 5. p. 522-523.

<sup>6</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 6. p. 273.

<sup>7</sup> PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 407.

<sup>8</sup> VENOSA, op. cit., p. 275.

<sup>9</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 378.

<sup>10</sup> NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v.5. p. 324.

<sup>11</sup> PEREIRA, op. cit., p. 407.

família. Acredita-se, inclusive, que quando esta deixou de ser uma preocupação, tenha-se reputado desnecessária a conservação do instituto da adoção no ordenamento jurídico.<sup>12</sup> Carlos Roberto Gonçalves leciona:

“Na idade média caiu em desuso, sendo ignorada pelo direito canônico, tendo em vista que a família cristã repousa no sacramento do matrimônio. Foi retirada do esquecimento pelo Código de Napoleão de 1804, tendo se irradiado para quase todas as legislações modernas”.<sup>13</sup>

Inicialmente, no Brasil, a utilização do instituto da adoção era possível devido às referências existentes nas Ordenações Filipinas. Entretanto, por não existir regulamentação legal, o judiciário brasileiro supria as omissões com o direito romano.<sup>14</sup> A adoção somente foi regulada no Brasil através do Código Civil de 1916, com o propósito de conferir filiação a quem estivesse impossibilitado de obtê-la pelas vias naturais.<sup>15</sup>

Durante a vigência do Código de 1916, a adoção detinha caráter contratual e era realizada através de escritura pública. Os requisitos e efeitos previstos naquela legislação denotam, sobretudo, a finalidade de dar sucessão à família. Exemplo era a exigência do Código Civil de 1916 de que poderiam adotar somente aqueles que contassem com mais de 50 anos de idade e que não tivessem filhos, em razão da presunção de que nesta idade não mais seria possível a concepção natural.<sup>16</sup> Ainda havia previsão de que se, posteriormente à adoção, sobreviesse uma criança biológica, a adoção realizada ficava sem efeito se demonstrado que o filho estava concebido no momento da adoção.<sup>17</sup>

Há que se falar também das diferenças existentes, naquela época, entre os direitos dos filhos consangüíneos e os dos adotados. Pelo Código de 1916 o adotado não era integrado, em sua totalidade, na família adotante.<sup>18</sup> Ademais, havia a limitação do parentesco apenas à adotante e adotado, bem como a

<sup>12</sup> NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 324.

<sup>13</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 378-379.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 379.

<sup>15</sup> PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 411.

<sup>16</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 377-379.

<sup>17</sup> NADER, op. cit., p. 320.

<sup>18</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 380.

possibilidade de dissolução do vínculo constituído pela adoção.<sup>19</sup>

A entrada em vigor da Lei 3.133/57 no Brasil, na qual reduziu o requisito da idade, admitindo a adoção por parte de adotantes a partir de 30 anos, foi passo significativo na mudança do paradigma de prevalência dos interesses dos adotantes.<sup>20</sup> O código de menores (Lei nº. 6.697/79) também apresentou novas regulamentações, no entanto, somente a Constituição Federal de 1988, expressamente em seu artigo 227, § 6º, extinguiu a distinção entre adoção e filiação ao conferir iguais direitos aos filhos havidos ou não da relação do casamento, bem como da adoção.<sup>21</sup>

A Lei 8.069/90 instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo reiterado e ratificado o dispositivo constitucional, de forma a conferir análogos direitos aos adotados, rompendo com a ideologia do assistencialismo e da institucionalização que, em tempos passados, favorecia a vontade dos adotantes.<sup>22</sup> Nota-se que, “a total igualdade de direitos entre os filhos biológicos e os que foram adotados demonstra a opção da ordem jurídica brasileira, principalmente constitucional, pela família socioafetiva”.<sup>23</sup>

O Código Civil de 2002 também dispôs sobre adoção e em 3 de agosto de 2009 foi promulgada a Lei nº. 12.010 que alterou, dentre outras normas, especialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de garantir maior eficácia, segurança e presteza no procedimento da adoção.

Diante disto, o Código Civil passou a versar sobre adoção de maiores e menores de idade, ao passo em que o ECA se destinou, sobretudo, aos menores de idade, aplicando-se aos maiores apenas no que couber, quando o

---

<sup>19</sup> BRASIL. *Lei 3.071, de 1 de janeiro de 1916*. Dispõe sobre o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2012. Art. 374 e 376.

<sup>20</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 379.

<sup>21</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 425.

<sup>22</sup> PEREIRA, 2003 apud DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 426.

<sup>23</sup> LÔBO, Paulo. *Famílias: direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 247.

Código Civil for omissão.<sup>24</sup>

Inegáveis as modificações sucedidas no instituto da adoção ao longo dos anos e evolução das civilizações. Presentemente, o instituto é reconhecido pela maioria das legislações contemporâneas, com grande ou pouca amplitude, reconhecido seu caráter humanitário.<sup>25</sup> “Agora a adoção significa muito mais a busca de uma família para uma criança. Foi abandonada a concepção tradicional, em que prevalecia sua natureza contratual e que significava a busca de uma criança para uma família”.<sup>26</sup>

Paulo Nader profere, com ênfase:

“Nenhum instituto jurídico supera o conteúdo social e humanitário da adoção. Mais do que uma relação jurídica constitui um elo de afetividade, que visa a substituir, por ato de vontade, o geneticamente formado pela natureza. Sob o ângulo moral, a adoção apresenta componente especial, nem sempre presente na procriação: a paternidade desejada. Qualquer que seja a motivação íntima, a adoção deve ser um ato de amor, propósito de envolver o novo ente familiar com igual carinho e atenção dispensados ao filho consanguíneo”.<sup>27</sup>

Nos dias atuais, pode-se dizer que o instituto atende interesse de ambas as partes, adotandos e adotantes, sendo benévolo, também, em uma percepção ampla, à sociedade. Por um aspecto, proporciona-se ambiente apropriado ao desenvolvimento dos menores desamparados e, por outro, atende-se os interesses particulares dos adotantes, pois oportuniza que preencham sua carência afetiva, depositando-a em um desconhecido.<sup>28</sup> Ademais “acresce ainda um interesse público em propiciar à infância desvalida e infeliz a obtenção de lar e assistência”.<sup>29</sup> Não obstante o benefício ser comum a todos, a legislação contemporânea pretende garantir a proteção do lado mais frágil, o de crianças e adolescentes.

<sup>24</sup> NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 319.

<sup>25</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 6. p. 277.

<sup>26</sup> PEREIRA, 2003 apud DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 426.

<sup>27</sup> NADER, op. cit., p. 411.

<sup>28</sup> NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 317; PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 409.

<sup>29</sup> PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 409.

### 1.3 O burocrático procedimento da adoção para os interessados e a segurança da medida para os adotandos

Na linha de raciocínio acenada, a transformação da adoção, de um instituto que aspirava tão somente a continuidade da família, em um instituto com finalidade social e humanitária modificou, conseqüentemente, a legislação, de forma que esta pudesse atender à nova finalidade.

Outrora, a adoção era realizada por escritura pública, revestida por um caráter contratual e privado. A atual legislação, por sua vez, veda a adoção por escritura pública, devendo a adoção de crianças, adolescentes e maiores de 18 anos ocorrer por meio de processo judicial.<sup>30</sup> A constituição Federal, em seu artigo 227, § 5º afirma que “a adoção será assistida pelo Poder Público”, evidenciando ser a adoção uma matéria de ordem pública, interesse geral. O artigo 1619 do Código Civil de 2002, bem como, o artigo 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente corroboram a necessidade de assistência efetiva do Poder Público e de sentença constitutiva.<sup>31</sup>

A adoção passou a ser irrevogável, assim a partir de sentença transitada em julgado, a filiação civil torna-se imutável. Desta forma, caso haja posterior arrependimento dos pais biológicos, ou dos próprios adotantes, o vínculo formado não poderá ser desconstituído, como era permitido pelo Código Civil de 1916.<sup>32</sup> Em razão desta irretratabilidade, é prudente que, antes da oficialização da adoção, adotante e adotando se conheçam e tenham convicção de que o procedimento será proveitoso para ambos.<sup>33</sup>

Por este motivo, faz-se imprescindível o prévio estágio de convivência, com a finalidade de solidificar a pretensão do adotante de adotar e do adotando de ser adotado. É neste momento que o juiz e seus auxiliares detêm

---

<sup>30</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 442.

<sup>31</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 378.

<sup>32</sup> NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 322.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 334.

condições de apreciar a conveniência da adoção.<sup>34</sup>

Vale evidenciar que somente há dispensa do estágio de convivência “se o adotando já estiver sob a tutela ou a guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo”.<sup>35</sup>

Para Silvio Rodrigues, o estágio de convivência tem como intuito:

“Comprovar a compatibilidade entre as partes e a probabilidade de sucesso na adoção. Daí determinar a lei a sua dispensa, quando o adotando já estiver na companhia do adotante durante tempo suficiente para se poder avaliar a conveniência da constituição do vínculo”.<sup>36</sup>

O estágio de convivência é acompanhado por equipe interprofissional de apoio à justiça da Infância e da Juventude, composta por psicólogos, psicanalistas, pedagogos e assistentes sociais,<sup>37</sup> que elaboram relatório minucioso a ser apresentado ao juiz.

Frisa-se que o período de duração do estágio de convivência não foi estipulado em lei, devendo ser definido pelo juiz em conformidade com as peculiaridades de cada caso.<sup>38</sup>

A adoção também é, atualmente, medida excepcional. Dessa forma, só é razoável retirar da criança ou adolescente a possibilidade de conviver com sua família biológica quando esgotados todos os meios de se restabelecer o convívio na família natural.<sup>39</sup>

Além disso, diversamente do que ocorria nas adoções anteriores, as quais mantinham vínculo entre o adotado e a família de origem, o atual instituto da

<sup>34</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 6. p. 293.

<sup>35</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 46, §1.

<sup>36</sup> RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 6. p. 345.

<sup>37</sup> NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 326.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 334.

<sup>39</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 39, §1.

adoção visa o total e definitivo afastamento do adotando da família biológica, vinculando-o tão somente à família adotante quanto a direitos e deveres, sendo estes, recíprocos. Subsistem à família de origem apenas os impedimentos relativos ao matrimônio.<sup>40</sup>

Os requisitos também foram alterados. Nos dias de hoje, conforme leciona Carlos Roberto Gonçalves:

“Os principais requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a adoção são: a) idade mínima de 18 anos para o adotante (ECA, art.42, *caput*); b) diferença de dezesseis anos entre adotante e adotado (art.42, §3º) c) consentimento dos pais ou representantes legais de quem se deseja adotar; d) concordância deste, se contar mais de 12 anos (art.28, §2º); processo judicial (art.47, *caput*); efetivo benefício para o adotando (art.43)”.<sup>41</sup>

Evidencia-se que, a adoção, em regra, inicia-se através da inscrição em cadastro nacional de adoção, contudo a lei assegura três hipóteses em que se permite a adoção de pessoas não cadastradas previamente, quais sejam: no caso de adoção unilateral; quando for realizada por parente com o qual a criança ou adolescente detém vínculos de afinidade e afetividade; e proveniente do pedido de quem detém tutela ou guarda legal de criança maior de três anos de idade, desde que hajam laços de afinidade e afetividade e não seja constatada má-fé ou crime.<sup>42</sup>

A adoção empreendida através do cadastro nacional de adoção segue procedimento burocrático digno de elucidação. “O ECA 50 determina que a autoridade judiciária mantenha em cada comarca ou foro regional um duplo registro: um de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de candidatos à adoção”.<sup>43</sup>

Quanto ao perfil das crianças e adolescentes que compõem este

<sup>40</sup> LÔBO, Paulo. *Famílias: direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 262.

<sup>41</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 398.

<sup>42</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 50, §13.

<sup>43</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 444.



registro, insta esclarecer que consistem em menores que se estão institucionalizados em entidades do Estado. Esta institucionalização deve-se as situações de risco que vivenciaram em companhia da família biológica ou qualquer outro indivíduo responsável, legal ou de fato, ou ainda em razão do desinteresse da família em permanecer com este infante ou adolescente, entregando-o espontaneamente e diretamente aos cuidados dos órgãos judiciários da Vara da Infância e Juventude.

Logo, crianças e adolescentes em situação de risco são aqueles que estão com seus direitos fundamentais violados por outrem, por ação ou omissão destes. Nestes casos o Estado intervém, com alicerce no Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de resguardar os interesses dos menores.

Em casos de situação de risco, o Estado pretende, primeiramente, através das medidas protetivas adequadas a cada situação, sanar a problemática vivida pelo infante e por seus familiares. O objetivo é viabilizar a permanência deste na família natural, visto que “a manutenção ou reintegração de criança ou adolescente a sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que esta será incluída em programas de orientação e auxílio”.<sup>44</sup>

A institucionalização é uma das medidas mais drásticas para sustentar o direito de crianças e adolescentes, utilizada, somente, quando resta demonstrada a impossibilidade de conservação no bojo da família natural.

Sendo inevitável a institucionalização, a autoridade judiciária, juntamente com o Ministério Público, Conselho Tutelar e demais órgãos que atuam na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, ao tempo em que assistem o infante na entidade, empenham-se em sanar a situação de risco à que o menor foi exposto, com vistas a possibilitar seu retorno à família natural. Em caso de impossibilidade, procura-se determinar familiar extenso que possa se responsabilizar pelo menor, retirando-o da Instituição. Somente quando falham todas estas pretensões, o Estado dedica-se a inserir a criança ou adolescente em família diversa, afastando-a da família biológica.

---

<sup>44</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 19, §3.

Nesse prisma, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina a transitoriedade da institucionalização ao preceituar que toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.<sup>45</sup> Ademais a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.<sup>46</sup>

Sendo necessário o sobredito afastamento do infante da família consangüínea, nas hipóteses expostas de situação de risco irresolúvel ou desinteresse, o Ministério Público promove ação de Destituição do Poder Familiar dos genitores, resguardado o direito à ampla defesa e o contraditório.

“Tratando-se de destituição do poder familiar, deverão ser seguidos os procedimentos previstos nos arts. 155 a 166 do ECA e atendidas as regras do art. 1638 do Código Civil”.<sup>47</sup> “Tratando-se de menor abandonado, todos os esforços devem ser envidados para localização dos pais”.<sup>48</sup> Também é possível que a destituição do poder familiar aconteça cumulativamente no processo de adoção.<sup>49</sup>

A inclusão da criança ou adolescente em família diversa, por sua vez, demanda procedimento judicial que se inicia pela sobredita habilitação no cadastro nacional de adoção dos interessados e finaliza no processo de adoção.

A inscrição dos requerentes à adoção é precedida por preparação psicossocial e jurídica, conduzida pela equipe técnica da Justiça da Infância e da

---

<sup>45</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 19, §1.

<sup>46</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 50, §2.

<sup>47</sup> PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 425.

<sup>48</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 6. p. 287.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 287.

Juventude. Somente será deferido o pedido de habilitação, após prévia oitiva do Ministério Público e órgãos técnicos da Justiça da Infância e da Juventude, atentando-se para o fato de que não será deferida a inscrição àquele que não satisfaça as condições legais, bem como se demonstre incompatível com a medida ou não apresente ambiente familiar adequado.<sup>50</sup>

O Estatuto da Criança e do Adolescente não permite a colocação em família substituta “a pessoa, que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar apropriado”.<sup>51</sup>

Segundo Carlos Roberto Gonçalves:

“O referido diploma não tolera sequer seja deferida a inscrição como interessada na adoção, no registro a ser mantido em cada comarca ou foro regional, a pessoa que não satisfazer os requisitos legais ou se verificada qualquer das hipóteses previstas no mencionado art. 29 e o § 2º do art. 42, por sua vez, exige, na adoção por ambos os cônjuges ou companheiros, a comprovação da ‘estabilidade da família’”.<sup>52</sup>

Acerca da estabilidade da família, constata-se que não é suficiente apenas a prova da união estável ou do casamento, é necessário que o casal pretendente da adoção demonstre ter um lar harmônico.<sup>53</sup>

Outrossim, o pretendente à adoção deve agregar condições materiais para prover a necessária assistência ao adotando, bem como deve ser sujeito idôneo, capaz de oferecer lar harmônico, sereno e saudável ao desenvolvimento da criança ou adolescente.<sup>54</sup>

Por este ângulo, já se denota a austeridade da atual legislação especial, rígida ao ponto do interessado em adotar sequer ser habilitado a compor a lista de inscritos, uma vez apurado que não atende às exigências da lei, ou que poderá não atender o princípio do melhor interesse e da proteção integral da criança.

<sup>50</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 5. p. 531.

<sup>51</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 29.

<sup>52</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 386.

<sup>53</sup> LÔBO, Paulo. *Famílias: direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 252.

<sup>54</sup> NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5. p. 326.

O pedido pode ser indeferido com embasamento em uma questão meramente hipotética no que tange a um possível prejuízo àquele que será adotado.

No pedido de habilitação, os interessados delineiam o perfil da criança que almejam. Frisa-se que quanto maior a quantidade de requisitos impostos pelos interessados, maior será a dificuldade de adotar.

Uma vez inscritos, aguardam em lista de espera, oportunidade em que se é certificada a existência de menores “disponíveis” nos perfis demandados. Em caso positivo, o adotando será apresentado aos interessados para início do estágio de convivência.

Maria Berenice Dias notoriamente expõe:

“A finalidade das listas é agilizar o processo de adoção. Isso porque, se, primeiro, fosse necessário esperar a destituição do poder familiar para inserir a criança no rol dos adotáveis e, depois, se partisse em busca de alguém que a quisesse, para só então proceder à habilitação do candidato à adoção, muito tempo passaria, deixando-se de atender ao melhor interesse da criança”.<sup>55</sup>

Logrado êxito no estágio de convivência segue-se para o processo de adoção, que por sua vez, será direcionado àquele adotando conhecido na habilitação. Neste, os pedidos serão específicos. Como exemplo pode-se elencar a modificação de nome e a citação dos genitores, caso já não sejam destituídos do poder familiar.

Ainda quanto o processo de adoção, recomenda-se que sempre que possível, a criança ou adolescente seja previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e que sua opinião seja considerada.<sup>56</sup> Com efeito, a legislação também determina que “tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência”.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 444.

<sup>56</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 28, §1.

<sup>57</sup> BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em:

Deferido o pedido de adoção, opera-se o trânsito em julgado da sentença, que tem cunho constitutivo. Assim sendo, ao ser prolatada, simultaneamente, sucede-se a extinção do poder familiar anterior, caso já não tenha ocorrido. Posteriormente, a sentença será inscrita no Cartório de Registro Civil mediante mandado, do qual não se fornece certidão.<sup>58</sup> Este registro deve assinalar os nomes dos adotados e dos adotantes como filhos e pais,<sup>59</sup> conjectura em que se pode alterar o prenome, constituindo uma reserva ao princípio da imutabilidade do prenome. O registro original do adotado se houver, é cancelado, não deixando quaisquer resquícios sobre o ato. Seus dados, todavia, permanecem disponíveis, sob sigilo, para eventual requisição de autoridade judiciária.<sup>60</sup> Tais medidas têm por objetivo a total elisão com a filiação consangüínea e a total integração à nova família.<sup>61</sup>

Nessa consonância, as características descritas, tais como, irrevogabilidade da medida, total integração a nova família e desvinculação à família anterior, apreço à opinião do menor, obrigatoriedade de processo judicial, necessidade do procedimento de habilitação para adoção (com a preparação psicossocial e jurídica e o estágio de convivência), as próprias condições exigidas aos adotantes, bem como as conseqüências da sentença exibem a burocratização deste procedimento e revelam a precaução do legislador em ter um sistema, razoavelmente estável para os adotandos, que se harmonize com o princípio da segurança jurídica.

Nota-se que toda esta burocratização tem intenção não somente de dar celeridade à medida, mas também de contribuir para seu triunfo, com vistas a obstar prejuízos à criança ou adolescente. Neste ponto, coloca-se o descrito por Carlos Roberto Gonçalves:

“As mudanças introduzidas pela nova lei, com as adequações no Estatuto da Criança e do Adolescente, visam agilizar a adoção de menores no país e também possibilitar o rápido retorno às suas famílias das crianças que estejam em programa de acolhimento familiar ou institucional. Mas como, por outro lado, não se pode abrir mão de certas exigências, que permitem

---

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012. Art. 28, §2.

<sup>58</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 296.

<sup>59</sup> LÔBO, Paulo. *Famílias: direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 261.

<sup>60</sup> VENOSA, op. cit., p. 296.

<sup>61</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 402.

ao Judiciário conhecer a pessoa que quer adotar, o impasse levou o legislador a instituir alguns procedimentos que conflitam com a idéia de agilização desejada por todos”.<sup>62</sup>

Assim sendo, há que se pontuar que apesar de o método ter se tornado mais lento que o desejado, em razão da impossibilidade de se abdicar certos requisitos significativos à segurança dos menores, por conseqüência, esta morosidade assegura tempo hábil para preparação e amadurecimento da intenção de adotar.

Ademais, o procedimento oportuniza o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre a medida, visto que permite, ao longo do processo, o contato com assistentes sociais, psicólogas e demais pessoas que já percorreram a trajetória da adoção, conforme demonstrado. Diante disto, é custoso tolerar discurso sobre arrependimento ou desconhecimento do instituto da adoção, que justifique a devolução de crianças e adolescentes adotados. Os interessados em adotar detêm não só tempo suficiente, como todos os instrumentos necessários para que se informem e consolidem suas intenções, não sendo digno que se afastem de responsabilidades advindas de suas escolhas premeditadas.

#### 1.4 Fracasso da adoção e devolução dos adotandos - Frustração dos adotantes e expectativas criadas pelas crianças e adolescentes

Visível a sistematização que se encontra o instituto da adoção e manifestas as razões que justificam tantas formalidades. Contudo, malgrado os esforços da legislação em acautelar os direitos de crianças e adolescentes no procedimento, não há garantias do sucesso da adoção.

O fracasso da adoção pode sobrevir por inúmeras razões. Para ilustrar o tema serão analisados alguns dos chamados “fatores de risco”, nas palavras e intelecto da psicanalista Maria Luiza de Assis Moura Ghirardi.

Uma primeira dificuldade consiste, basicamente, em os adotantes

---

<sup>62</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. p. 402.

introduzirem em seu próprio imaginário o adotando na qualidade de filho.<sup>63</sup> Semelhantemente a este obstáculo, há o que a psicanalista denomina por “fantasia da devolução”. Esta se baseia na concepção de que o adotando é filho de outrem e precisa ser devolvido, seja para a família biológica ou para tutela do Estado. No caso de filho biológico, a idéia é que a criança “pertence” aos pais, portanto, não pode ser “devolvida”, somente abandonada.<sup>64</sup>

Em sentido oposto, há também a chamada “fantasia de apropriação indevida”, aparente em frases proferidas pelos adotantes, tais como “receio que a família biológica queira a criança de volta”, ou “me sinto mal, me sinto como se tivesse retirado a criança da mãe”.

“É uma característica que pode ser considerada como o germe da devolução, pois mostra a existência em intensidade da ‘fantasia de devolução’ por meio de seu sentido oposto [medo que os pais biológicos exijam a devolução da criança]”.<sup>65</sup>

Outro fator é referente à constante lembrança a respeito da legítima origem da criança. Pode-se exemplificar pelas frases dos adotantes como “eu retirei de você de um ambiente ruim”, ou “esse seu sangue ruim só pode ter vindo da sua família biológica”.<sup>66</sup>

Também é exemplo a circunstância em que a criança ou adolescente faz alguma desordem e os adotantes imputam essa atitude ao fato de o menor ser adotado. Atribui-se à origem biológica, qualquer conduta repudiada. Muitas vezes, não há a correta percepção de que se trata de um comportamento intrínseco à infância ou à juventude e que as dificuldades vividas se dão por fatores normais e comuns a quaisquer famílias.

Relaciona-se também, neste ponto, como fator de risco, as elevadas expectativas criadas pelos adotantes com relação ao adotando, visto que demasiadas idealizações costumam gerar desapontamentos.<sup>67</sup> Muitos pretendentes

---

<sup>63</sup> DIAS, Valéria. *Fatores de risco podem levar à devolução de crianças adotadas*, 2008. Disponível em: <<http://www.ensinosuperior.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=410>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> Ibidem.

fantasiavam um filho sonhado, e o que realmente há é uma criança real.<sup>68</sup>

Às vezes falta compreensão dos adotantes de que a convivência, até mesmo com filhos consangüíneos, pode ser demasiadamente conflituosa e árdua e que, na filiação biológica os genitores não podem simplesmente “se livrar” de sua prole.<sup>69</sup> “Filhos, sejam gerados pelos pais ou adotados, não tem prazo de validade e não podem ser trocados por apresentarem um possível “defeito” (que todos temos)”.<sup>70</sup>

Independente da causa da frustração dos adotantes, não é decente que criança ou adolescente em processo de adoção, simplesmente, seja devolvido como um objeto defeituoso, que não correspondeu às expectativas que lhe foram depositadas, ou ainda por um motivo discriminatório, baseado em sua origem. É neste ponto que deve se aplicar o instituto da responsabilidade civil ao Direito de Família.

Por um lado há expectativa dos adotantes, por outro, há as expectativas criadas por crianças e adolescentes quanto ao futuro e afeto que receberão. Esta expectativa intensifica-se devido as frustrações afetivas já experimentadas, visto que, possivelmente, não auferiram da família biológica e do Estado, a atenção demandada.

A criança que já foi abandonada pelos progenitores, (diferente de “devolvida”), a despeito das dificuldades vividas, ainda tem não só a chance, como a esperança da adoção.<sup>71</sup>

Todavia, não bastasse a vivência sob tutela do Estado, bem como o obstáculo vivido na família biológica e aqui, pontuam-se as situações de risco ou desinteresse, crianças e adolescentes podem sofrer elevada frustração oriunda da devolução da adoção da qual criaram imensa expectativa.

Salienta-se, ainda, os laços de afinidade e afetividade que serão

---

<sup>68</sup> DEVOLUÇÃO de uma criança adotada. Adoção consciente, 2009. Disponível em: <<http://adocaoconsciente.blogspot.com.br/2009/07/devolucao-de-uma-crianca-adotada.html>>. Acesso em: 07 abr. 2013.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> Ibidem.



constituídos com adotantes e adotandos, construídos desde o início do estágio de convivência e que serão, essencialmente, vetor determinante da responsabilidade civil dos adotantes ante a devolução dos adotandos.

## 2 RESPONSABILIDADE CIVIL

### 2.1 Conceito e função

José Aguiar Dias explica: “toda manifestação da atividade humana traz em si o problema da responsabilidade”.<sup>72</sup> O vocábulo “responsabilidade” é proveniente do verbo latino *respondere*, que abrange a raiz latina *spondeo*, recurso do Direito Romano, no qual o devedor se vinculava nos contratos verbais.<sup>73</sup> No direito romano, a *stipulatio* era modelo básico de contrato na qual se fazia necessário o pronunciamento das palavras “*dare mihi spondes?*”. *Spondeo* era a resposta deste questionamento e quem a declarasse estabelecia uma obrigação.<sup>74</sup>

Contudo, esta percepção de que quem responde é o responsável e que a obrigação deste responsável é chamada de responsabilidade não é suficiente para, de fato, definir responsabilidade.<sup>75</sup>

Acentua-se que o Direito Positivo reúne as regras necessárias para a convivência social, de forma que, aquele que as infringir, provocando lesão aos interesses jurídicos tutelados de outrem, é apenado.<sup>76</sup>

A responsabilidade é, para o Direito, uma obrigação derivada, ou seja, um dever jurídico sucessivo, nos quais se assume as conseqüências jurídicas de um fato.<sup>77</sup> Se diz desta forma, pois quando há violação de um dever jurídico, configura-se o ilícito que, em geral, acarreta dano a outrem e gera um novo dever jurídico, o de reparar o dano. Deste modo, há um dever jurídico primário, originário, cuja sua violação suscita um dever jurídico secundário, sucessivo.<sup>78</sup>

Segundo Gagliano e Pamplona:

<sup>72</sup> DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade Civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. v.1. p.1.

<sup>73</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil*: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004. v.3. p. 2.

<sup>74</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*: direito das coisas. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v.7. p. 33.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>76</sup> GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, op.cit., p. 2.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>78</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 2.

“Conclui-se que a noção jurídica de responsabilidade pressupõe a atividade danosa de alguém que, atuando a priori ilicitamente, viola uma norma jurídica preexistente (legal ou contratual), subordinando-se dessa forma, às consequências do seu ato (obrigação de reparar)”.<sup>79</sup>

Pontua Serpa Lopes que consiste a responsabilidade em uma obrigação de reparar o dano, seja por decorrência de culpa ou de qualquer outra circunstância legal que a fundamente como culpa presumida, ou por uma circunstância meramente objetiva.<sup>80</sup>

Nessa conjuntura, a responsabilidade aplica-se à restauração do equilíbrio moral e patrimonial causado pelo autor do dano.<sup>81</sup> Pode-se apontar três funções da reparação civil, quais sejam, a compensação do dano ao lesado, a punição do ofensor, bem como a desmotivação social da conduta lesiva.<sup>82</sup>

A compensação do dano ao lesado consiste na finalidade básica do instituto e intenciona a restauração do *statu quo ante*, ou seja, o estado em que as coisas se encontravam. Sendo inviável, estabelece-se um valor pecuniário indenizatório. Paralelamente, como função secundária, o encargo imposto ao causador gera um efeito punitivo. O efeito punitivo, por sua vez, persuade não somente o causador a não mais lesionar, como a sociedade no todo, em uma terceira função de cunho socioeducativo, tornando público que, condutas similares, não serão admitidas.<sup>83</sup>

## 2.2 Responsabilidade Civil Subjetiva e Responsabilidade Civil Objetiva

A teoria clássica, qual seja, a teoria subjetiva, também chamada de teoria da culpa, implica a culpa como fundamento da responsabilidade civil.<sup>84</sup> A responsabilidade civil subjetiva é a oriunda de dano ocasionado em função de ato

<sup>79</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil*: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004. v.3. p. 9.

<sup>80</sup> LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de Direito Civil*. 2 ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1962. v. 5. p. 188-189.

<sup>81</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito de família*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1. (Sinopse Jurídica; v.2.)

<sup>82</sup> GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, op. cit., p. 23.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>84</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v.4. p. 30.

doloso ou culposos,<sup>85</sup> razão pela qual a prova da culpa do causador é pressuposto necessário.<sup>86</sup>

Todavia, impõe-se em determinadas ocasiões, a responsabilidade independentemente de culpa. É o caso da teoria objetiva, também chamada de teoria do risco. A responsabilidade objetiva prescinde de culpa e se satisfaz apenas com o nexo de causalidade com o dano acarretado. A culpa pode existir ou não, entretanto, será irrelevante para o dever de reparação.<sup>87</sup>

A teoria do risco defende que qualquer indivíduo que desempenha uma atividade, cria um risco de danos a terceiros, fim pelo qual subsiste o dever de indenizar, ainda que não exista culpa em sua conduta.<sup>88</sup>

O ordenamento jurídico brasileiro vinculou-se à teoria subjetiva. É o que se depreende do artigo 186 do Código Civil, que estabeleceu o dolo e a culpa como alicerces necessários para obrigação de reparação.<sup>89</sup> Vejamos artigos 186 e 927 do Código Civil:

“Art 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

A este respeito, o legislador preferiu utilizar-se da noção de ato ilícito como causa da responsabilidade civil. O artigo 186 infere a existência de culpa *lato sensu*, que compreende o dolo, ou seja, pleno conhecimento do mal e a intenção de fazê-lo, e a culpa *stricto sensu* ou aquiliana, na qual o resultado não é almejado, contudo o agente tinha condições de antecipá-lo.<sup>90</sup>

Porquanto a teoria subjetiva é insuficiente para proteção da vítima,

---

<sup>85</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil*: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004. v.3. p. 14.

<sup>86</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v.4. p. 30.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>89</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito de família*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 19. (Sinopse Jurídica; v.2.)

<sup>90</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v.4. p. 17.

a teoria do risco, por meio da responsabilidade objetiva, atua supletivamente, consoante artigo 927, parágrafo único do Código Civil.<sup>91</sup> Vejamos:

“Art. 927. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

## 2.3 Pressupostos da Responsabilidade Civil

Há certa disparidade na doutrina sobre os pressupostos da Responsabilidade Civil. Maria Helena Diniz entende que existem três pressupostos necessários. São eles, a existência de uma ação, comissiva ou omissiva, com previsão legal e que se apresente como ato ilícito ou lícito; ocorrência de dano moral ou patrimonial à vítima e por fim o nexo de causalidade, o elo entre o ato e o dano.<sup>92</sup>

Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho coadunam neste idêntico entendimento. Sobre a culpa, compreendem que não é pressuposto geral da responsabilidade civil, por não ser um elemento geral, haja vista a existência da responsabilidade civil objetiva, que se abstém do elemento culpa para sua configuração.<sup>93</sup>

### 2.3.1 Conduta

Somente o homem pode ser responsável civilmente pelos atos lesivos eventualmente praticados. Nesse ponto de vista, é inexequível a responsabilização de um fato da natureza, por exemplo. Irrefutável, portanto, a conduta humana como elemento necessário para a configuração da responsabilidade civil.<sup>94</sup>

Pontua-se, conquanto, a necessidade dessa conduta humana ser

<sup>91</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito de família*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 19. (Sinopse Jurídica; v.2.)

<sup>92</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 7. p. 36-37.

<sup>93</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3. p. 28.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 31.

voluntária. A voluntariedade funda-se na liberdade de escolha do agente imputável, com discernimento suficiente para ter consciência do que está fazendo. Não se pode, por exemplo, reconhecer o elemento conduta humana no caso de sujeito que, ao manusear um raríssimo pergaminho, involuntariamente espirra e danifica o manuscrito. Outrossim, não se pode confundir com a intenção de causar o dano, visto que a voluntariedade trata-se tão somente da consciência do que está sendo feito.<sup>95</sup>

A conduta humana voluntária reproduz-se pela prática de um comportamento ativo, positivo (ação comissiva) ou pela prática de comportamento negativo, a omissão (ação omissiva), abstenção de uma conduta. Até mesmo na ação omissiva a voluntariedade está presente, como determina o artigo 186 do Código Civil, nos termos “por ação ou **omissão voluntária**”. Isto, pois, ausente o requisito da voluntariedade, afasta-se a conduta na omissão, o que inviabiliza o reconhecimento da responsabilidade civil.<sup>96</sup>

Também há dissonâncias na doutrina sobre ser, a ilicitude, aspecto imperativo da ação humana voluntária. A despeito de aparentar óbvia a conduta ilícita, até em razão da própria redação do artigo 186, a ilicitude, para Gagliano e Pamplona, não necessariamente, acompanha a ação humana lesiva ensejadora da responsabilização, podendo esta decorrer de ato lícito. Deste modo, é mais prudente elencar os elementos realmente genéricos ou fundamentais da responsabilidade civil. No caso em questão, somente a conduta humana voluntária.<sup>97</sup>

### 2.3.2 Dano

Só há responsabilidade civil se houver dano a ser reparado, visto porque incabível ação de indenização sem a existência de um prejuízo.<sup>98</sup> O dano é,

---

<sup>95</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil*: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3. p. 32.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 36-37.

<sup>98</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*: direito das coisas. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 7. p. 55.

portanto, requisito indispensável para configuração da responsabilidade civil.<sup>99</sup>

Gagliano e Pamplona conceituam dano como “sendo a lesão a um interesse jurídico tutelado, patrimonial ou não, causado por ação ou omissão do sujeito infrator”.<sup>100</sup>

Quanto ao ressarcimento do dano, ainda que a intenção seja o retrocesso ao *statu quo ante*, diante de sua impossibilidade, é admissível a fixação de uma importância em pecúnia, a título de compensação.<sup>101</sup>

Contudo, para que seja efetivamente indenizável o dano, os supracitados autores entendem serem imprescindíveis três requisitos mínimos. São eles, a violação de um interesse jurídico; certeza do dano, portanto não é aceitável dano abstrato ou hipotético e a subsistência do dano, ou seja, deve o dano subsistir no momento de sua exigibilidade. Assim, se já foi reparado esvai-se o interesse da responsabilidade civil.<sup>102</sup>

Demais aspectos como legitimidade do Requerente, nexo de causalidade e ausência de excludentes de responsabilidade são, no entendimento destes autores, aspectos extrínsecos ou secundários, opinião adversa à da nobre e admirável autora Maria Helena Diniz.<sup>103</sup>

Como espécies, pode-se dizer que o dano classifica-se em material e moral. O dano material, também chamado de patrimonial representa lesão aos bens e direitos economicamente apreciáveis de seu possuidor. Subdivide-se em dano emergente, que corresponde ao efetivo prejuízo, o que a vítima de fato perdeu e em lucros cessantes, correspondente ao que a vítima deixou de auferir por força do dano.<sup>104</sup> O dano moral será objeto de estudo mais aprofundado adiante.

---

<sup>99</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil*: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3. p. 40.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 43-44.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 45.

### 2.3.3 Nexos de causalidade

Qualifica-se como “nexo causal” o elo entre o prejuízo e a ação, de forma que o fato danoso deverá ser oriundo da ação, diretamente ou como sua consequência previsível.<sup>105</sup> Não se admite a obrigação de indenizar quando não houver essa relação de causalidade.<sup>106</sup>

Essa conexão representa uma relação necessária, de tal forma que, a ação que produziu o dano é reputada como sua causa. No entanto, não é necessário que o dano resulte apenas do fato que o produziu, sendo suficiente constatar que o dano não ocorreria se o fato não tivesse se dado.<sup>107</sup>

Existem três teorias que indicam a pesquisa do nexo causal, quais sejam, a teoria da equivalência das condições, a teoria da causalidade adequada e a teoria dos danos diretos e imediatos.

Carlos Roberto Gonçalves pontifica:

“Pela teoria da equivalência das condições, toda e qualquer circunstância que haja concorrido para produzir o dano é considerada como causa. A sua equivalência resulta de que, suprimida uma delas, o dano não se verificaria [...] A segunda teoria, a da causalidade adequada, somente considera como causadora do dano a condição por si só apta a produzi-lo. [...] A terceira teoria, a dos chamados danos diretos e imediatos, nada mais é do que um amálgama das anteriores, uma espécie de meio-termo, mais razoável”.<sup>108</sup>

Não obstante as divergências doutrinárias acerca da teoria utilizada pelo ordenamento jurídico brasileiro, Carlos Roberto Gonçalves determina que fora adotada, indubitavelmente, a teoria do dano direto e imediato.

## 2.4 Dano Moral

O Dano moral não lesa o patrimônio do ofendido, mas o atinge como pessoa. Consiste em ofensa aos direitos de personalidade como a honra, a dignidade, a intimidade, etc., como se depreende dos artigos 1º, III, e 5º, V e X, da

<sup>105</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 7. p. 96.

<sup>106</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 4. p. 330.

<sup>107</sup> DINIZ, op. cit., p. 96.

<sup>108</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 331-332.



Constituição Federal, e que provocam ao lesado dor, sofrimento, vexame, humilhação e tristeza.<sup>109</sup>

Nos dias de hoje, compreende-se que a indenização por dano moral não se trata de mensuração da dor e de seu valor, trata-se de uma compensação, pela tristeza e dor impostas, injustamente, a outrem.<sup>110</sup>

Acerca dos limites e extensão deste dano, Sérgio Cavalieri ensina que se enquadra como dano moral:

“a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo”.<sup>111</sup>

O dano moral, em geral, prescinde de prova em concreto, já que se passa no interior da personalidade e existe *in re ipsa*, ou seja, é presumido. Trata-se de presunção absoluta, salvo exceções como a de inadimplemento contratual, em que se faz mister a prova da perturbação da esfera psíquica do ofendido.<sup>112</sup>

Quanto à quantificação do dano moral, não se aplica em nosso país, o critério da tariffação, no qual o valor das indenizações é prefixado. O Código Civil brasileiro adotou o critério do arbitramento, logo cabe ao juiz analisar cada caso e, utilizando-se do bom senso, fixar um valor razoável e justo para indenização. Se por um lado existe o problema da perplexidade ante a inexistência de critérios ajustados para arbitrar um valor compatível em nosso ordenamento, em contrapartida, não há como conhecer antecipadamente o valor e optar se vale à pena ou não, desobedecer à lei.<sup>113</sup>

No que concerne à natureza jurídica do dano moral, prepondera a

<sup>109</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 4. p. 359.

<sup>110</sup> Idem. *Direito de família*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 102. (Sinopse Jurídica; v.2.)

<sup>111</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 78.

<sup>112</sup> GONÇALVES, op. cit., p. 370.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 379.

máxima de que possui duplo caráter, compensatório para o lesado e punitivo para o ofensor. Ao tempo em que serve de compensação para atenuação da dor vivenciada pela vítima, atua como sanção ao ofensor, configurando, indiretamente, fator de desestímulo à prática reiterada.<sup>114</sup> “O caráter sancionatório permanece ínsito na condenação, pois acarreta a redução do patrimônio do lesante”.<sup>115</sup>

Avulta de importância a possibilidade de menores de idade serem vítimas de danos morais. Há doutrinadores como, Alfredo Orgaz que entendem que “crianças de pequena idade, por faltar-lhes a capacidade para experimentar dano moral, não podem ser vítimas desse ilícito” e justifica ainda que “sendo o dano embasado nos resultados ou conseqüências da ação lesiva, aqueles que carecem de discernimento não podem sentir a ofensa e, por isso, não padecem do dano moral”.<sup>116</sup>

Não assiste razão ao referido autor. Com senso, leciona Antônio Jeová Santos:

“a não-existência de lágrimas ou a incapacidade de sentir dor espiritual não implica na conclusão de que tais pessoas não possam sofrer dano moral ressarcível. É que a indenização do dano moral não está condicionada a que a pessoa alvo do agravo seja capaz de sentir e de compreender o mal que lhe está sendo feito. O dano moral é um acontecimento que causa comoção. Se o equilíbrio espiritual de uma pessoa já afetada vem a ser alterada em razão do ato de terceiro, existe a perturbação anímica que, embora incapaz de fazer com que a vítima sinta o mal que lhe está sendo feito, não pode deixar o malfeitor sem a devida sanção”.<sup>117</sup>

À luz do artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”. Igualmente, o Título II da Constituição Federal, antevê os Direitos e Garantias Fundamentais, precisando, explicitamente, o direito ao dano moral.

Nessa compreensão, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em situação peculiar de desenvolvimento, fazem jus a proteção de seus

<sup>114</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 4. p. 377.

<sup>115</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito de família*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 107. (Sinopse Jurídica; v.2.)

<sup>116</sup> ORGAZ, 1967 apud GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 4. p. 365.

<sup>117</sup> SANTOS, 2006 apud GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 4. p. 364.

direitos fundamentais, legalmente garantidos. Indiscutivelmente, se de alguma forma a criança ou adolescente for afetado como pessoa, ainda que lhe careça discernimento para tal constatação, inafastável o direito à indenização.

Neste caso, poderão se apresentar através de seus representantes legais, pois “o ressarcimento do dano não é considerado como a reparação do sentimento, mas como a indenização objetiva de um bem jurídico violado”.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> DINIZ, Maria Helena. *O problema da liquidação do dano moral e o dos critérios para a fixação do “quantum” indenizatório*: Atualidades Jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 376.

### 3 APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL À DEVOLUÇÃO DOS ADOTANDOS

#### 3.1 Correlação entre devolução e abandono afetivo – Responsabilidade civil pela violação ao princípio da dignidade da pessoa humana

A devolução pode ser correlacionada ao abandono afetivo. A possibilidade de indenização por danos morais em razão de abandono afetivo tem sido atualmente, objeto de acentuadas discussões.

Como já exposto, é evidente a indenização por danos morais em caso de ofensa à dignidade da pessoa humana. Assim sendo, para afirmar a possibilidade de indenização por danos morais em razão de abandono afetivo é necessário estabelecer o paralelo entre o abandono afetivo e o princípio da dignidade da pessoa humana.

O princípio da dignidade da pessoa humana, valor basilar da Constituição de 1988, permite a proteção extensiva dos direitos da personalidade, visto que não há rol taxativo destes direitos.<sup>119</sup>

Há dificuldade em demarcar o conceito de dignidade da pessoa humana, essencialmente, por seu conceito amplo e abstrato.<sup>120</sup>

Pioneiro no estudo acerca da dignidade da pessoa humana, o filósofo Immanuel Kant leciona:

“(...) no reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo o preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade”.<sup>121</sup>

Capelo de Souza abrange na articulação do direito geral da personalidade, o nascituro, o nascimento da pessoa com vida, sua morte e algumas

---

<sup>119</sup> PLETI, Ricardo Padovini; MOREIRA, Rodrigo Pereira. O direito geral da personalidade e o princípio da dignidade da pessoa humana: estudo na perspectiva civil-constitucional. *Jus Navigandi*, Teresina, n. 2854, p. 1-4, abr. 2011.

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 65.

tutelas após a morte. A personalidade, por sua vez, é composta pela integridade física e psíquica e sua inclusão na sociedade.<sup>122</sup>

Não há, portanto, como se delimitar todos os desdobramentos do direito geral da personalidade humana, isto porque, a mutabilidade de suas manifestações não permite delinear todos os seus contornos.<sup>123</sup>

Todavia, existem elementos os quais doutrinadores acordam em indicar como proteção ao princípio da dignidade da pessoa humana, quais sejam: "a) a preservação do aspecto orgânico da pessoa (proteção da vida, integridade física, etc.); b) proteção do relacionamento social da pessoa e c) o reconhecimento da necessidade da preservação de condições materiais mínimas para a subsistência".<sup>124</sup>

Cleber Affonso Angeluci, em seu artigo sobre abandono afetivo, discorre sobre a relevância do respeito à infância para a transformação do estado infantil para o estado adulto. Este é componente essencial para o processo de formação humana, conquista da dignidade plena da pessoa.<sup>125</sup>

Tamanha é sua importância, que o próprio texto legal harmoniza-se nesta concepção. O artigo 227, da Constituição Federal, determina ser dever da família, da sociedade e do Estado certificar à criança, ao adolescente e ao jovem, com total prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los em defesa de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.<sup>126</sup>

Com relação ao direito à vida prescindem maiores comentários, visto

<sup>122</sup> SOUZA, Rabindranath V. A. Capelo de. *O direito geral de personalidade*. Coimbra: Coimbra, 1995. p. 155.

<sup>123</sup> PLETI, Ricardo Padovini; MOREIRA, Rodrigo Pereira. O direito geral da personalidade e o princípio da dignidade da pessoa humana: estudo na perspectiva civil-constitucional. *Jus Navigandi*, Teresina, n. 2854, p. 1-4, abr. 2011.

<sup>124</sup> GARCIA, Enéas Costa. *Direito geral da personalidade no sistema jurídico brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007. p.133.

<sup>125</sup> ANGELUCI, Cleber Affonso. Abandono afetivo: constituinte da dignidade da pessoa humana. *CEJ*, Brasília, v.10, n. 33, p. 1-11, jun. 2006.

<sup>126</sup> BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 out. 2012. Art. 227.

que a vida é necessária para analisarmos os demais direitos. Quanto a este, merece destaque que não basta o direito à vida, isto porque deve ser ela digna, permitindo dignidade na formação da pessoa.<sup>127</sup>

No que se refere ao direito à saúde, Cleber Affonso supõe que por questões culturais ou metodológicas, existe uma inclinação em considerar apenas à vertente física, olvidando-se da saúde psicológica e mental. Neste ponto, relaciona que a continuidade e progresso da saúde mental estão, intimamente, ligados à salubridade do ambiente em que criança permaneceu na infância.<sup>128</sup>

Por esta razão, ponderoso “se ter certa preocupação em relação aos traumas a que a criança possa ser exposta, desde os primeiros anos de vida, evitando-se, ao máximo, sua exposição às condições adversas para sua formação”.<sup>129</sup>

Ademais, salienta-se que é na infância que se aprende a interpretar os afetos, a realidade, as leis. É neste período em que se desenvolvem formas de dar e receber amor, as quais vão se transformar em solidariedade, que será fundamental para o exercício da cidadania.<sup>130</sup>

Nesse sentido, mostra-se a pertinência do afeto, do amor, razão pela qual devem estes ser valorados como intrínsecos à constituição da pessoa, implícito na formação pessoal.<sup>131</sup>

Nessa acepção, apresenta-se o dever de cuidado a que se expuseram os adotantes ao acolherem uma criança ou adolescente. O dever de cuidado envolve, manifestamente, a devida transmissão de atenção e o acompanhamento do desenvolvimento psicossocial da criança.<sup>132</sup>

Para alguns, consentir com a indenização por danos morais, perante

<sup>127</sup> ANGELUCI, Cleber Affonso. Abandono afetivo: constituinte da dignidade da pessoa humana. *CEJ*, Brasília, v.10, n. 33 f, p. 1-11, jun. 2006.

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> GROENINGA, Giselle Câmara. *O direito a ser humano: da culpa à responsabilidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p.102.

<sup>131</sup> Ibidem.

<sup>132</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Resp nº 1.159.242/SP*. Terceira Turma. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 24 de abril de 2012. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/acordao-abandono-afetivo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

o descumprimento do dever de zelo é atribuir um caráter patrimonial malquistado ao Direito de Família. Contudo, inegável que a falta de zelo pode acarretar lesão à personalidade da criança e, conseqüentemente, prejuízo em sua participação na sociedade.<sup>133</sup>

Acerca do tema, a ministra Nancy Andrighi em voto do Recurso Especial nº. 1.159.242 – SP (2009/0193701-9):

“[...] calha lançar luz sobre a crescente percepção do cuidado como valor jurídico apreciável e sua repercussão no âmbito da responsabilidade civil, pois, constituindo-se o cuidado fator curial à formação da personalidade do infante, deve ele ser alçado a um patamar de relevância que mostre o impacto que tem na higidez psicológica do futuro adulto.

Nessa linha de pensamento, é possível se afirmar que tanto pela concepção, quanto pela adoção, os pais assumem obrigações jurídicas em relação à sua prole, que vão além daquelas chamadas *necessarium vitae*.

A ideia subjacente é a de que o ser humano precisa, além do básico para a sua manutenção – alimento, abrigo e saúde –, também de outros elementos, normalmente imateriais, igualmente necessários para uma adequada formação – educação, lazer, regras de conduta, etc [...].”

“[...]Vê-se hoje nas normas constitucionais a máxima amplitude possível e, em paralelo, a cristalização do entendimento, no âmbito científico, do que já era empiricamente percebido: o cuidado é fundamental para a formação do menor e do adolescente; ganha o debate contornos mais técnicos, pois não se discute mais a mensuração do intangível – o amor – mas, sim, verificação do cumprimento, descumprimento, ou parcial cumprimento, de uma obrigação egal: cuidar.[...]”<sup>134</sup>

Julgou o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em ementa do sobrecitado Recurso Especial:

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE.

1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o conseqüente dever de indenizar/compensar no Direito de Família.

2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88.

3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o *non facere*, que atinge um bem juridicamente

<sup>133</sup> PORTUGAL, Manuela Botelho. *Responsabilidade civil por abandono afetivo*. 2012. 27 f. Artigo científico (Pós-Graduação), Pós-Graduação Lato Sensu, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>134</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Resp nº 1.159.242/SP*. Terceira Turma. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 24 de abril de 2012. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/acordao-abandono-afetivo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico.

4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social.

5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial.

6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.

7. Recurso especial parcialmente provido”.<sup>135</sup>

Nessa compreensão, pode-se dizer que o dever de cuidado é igualmente determinado na adoção, uma vez que a adoção equipara-se à família legítima. Contudo a adoção de que ora se trata é aquela que ainda não transitou em julgado, até porque não há que se falar em devolução após o trânsito em julgado, em razão da irrevogabilidade da medida. Em que pese o processo não ter finalizado, não se pode dizer em não existência de um dever de cuidado, visto que esta é, inclusive, pretensão inicial do procedimento.

Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, X, ratifica expressamente o direito a danos morais decorrentes da ofensa a direitos da personalidade. Como a personalidade é afirmada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, situações que comprometam o desenvolvimento da pessoa em suas relações comunitárias são dignas de proteção.<sup>136</sup>

Nessa conjunção, ante a importância do afeto para formação pessoal e social e ainda, levando-se em consideração a necessidade do dever de cuidado desde o momento em que se pretende a adoção, a devolução pode constituir ofensa ao princípio da dignidade humana, violação que, indiscutivelmente, permite a responsabilidade civil.

<sup>135</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Resp nº 1.159.242/SP*. Terceira Turma. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 24 de abril de 2012. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/acordao-abandono-afetivo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

<sup>136</sup> PORTUGAL, Manuela Botelho. *Responsabilidade civil por abandono afetivo*. 2012. 27 f. Artigo científico (Pós-Graduação), Pós-Graduação Lato Sensu, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.



### 3.2 Obrigação de indenizar em face da devolução dos adotandos

Nessa conjuntura, apresentam-se todos os pressupostos necessários da responsabilidade civil, caracterizando a obrigação de indenizar.

A conduta está presente quando os interessados acolhem criança em seu lar e, posteriormente, desistem injustificadamente. Pontua-se que se trata aqui da desistência imotivada, hipótese injusta ao adotando.

A justificativa para desistência é um critério subjetivo. Motivos banais, como por exemplo, uma pequena dificuldade de convivência, não podem ser considerados como fundamentos justos para a devolução. Por vezes os adotantes sequer lutam pela conquista afetiva, pela solução dos obstáculos vivenciados e restabelecimento da boa convivência. Optam pela devolução, alternativa que lhes será mais confortável, descomplicada e exigirá menor despesa.

Nesse contexto, inexistem conseqüências jurídicas aos adotantes pela devolução, restando somente as conseqüências lesivas aos menores. Por esta razão, não se pode admitir que diante de devolução injustificada, os adotantes se esquivem de assumir as conseqüências decorrentes de suas pretensões.

Todavia, há hipóteses em que a devolução é necessária e, até mesmo desejada pelo próprio adotando. Há casos em que o adotando prefere permanecer na instituição do Estado e quando encaminhado à família adotante, insatisfeito, passa a articular situações com a finalidade de provocar sua devolução.

Não suficiente, deve também a devolução causar reais prejuízos morais ao adotando. Portanto, precisa-se do dano sofrido pela criança. Salienta-se que a violação à dignidade da pessoa humana ocorrerá nos casos em que existir vínculo afetivo e que as frustrações experimentadas sejam suficientes para prejudicar o desenvolvimento psíquico e inserção da criança na sociedade.

Conforme já exposto, é insensato afastar o direito de crianças e adolescentes de receberem indenização por danos morais, sob o argumento de que lhes falta discernimento para experimentar o dano. O dano moral não é caracterizado pelo sofrimento, ou pela dor, mas sim pela ofensa aos direitos da

personalidade, sendo estes meros efeitos ou conseqüências do dano moral. Como já aduzido não se trata de quantificação da dor e seu valor, mas de compensação.<sup>137</sup>

A compensação como regra geral nos danos morais, deve ser arbitrada pelo juiz, em conformidade com as especificidades de cada caso.

Ademais, pode-se dizer que a responsabilidade civil no Direito de Família é subjetiva, razão pela qual além da conduta, dano, nexos causal, a culpa também é pressuposto necessário.<sup>138</sup> Assim, é preciso que os adotantes se furtem à convivência com o adotado e se esquivem de assumir o papel de paternidade ou maternidade a que se propuseram quando receberam o infante em seu lar.<sup>139</sup>

Além deste, a comprovação da relação entre a conduta culposa do causador e o dano ocasionado ao infante também é pressuposto necessário. É necessário que os danos decorram do abandono moral. “Forma de comprovar-se o nexos causal entre o abandono culposo e o dano existente é a perícia psicológica”.<sup>140</sup>

A responsabilidade civil atuando no Direito de Família manterá as finalidades a que se destina. Assim, atuará como compensação, haja vista a impossibilidade de restauração do *statu quo ante* e atuará, indiretamente, como punição ao ofensor e desmotivação social da conduta lesiva.<sup>141</sup>

A família é a essência básica da sociedade, razão pela qual deve ser protegida por todos os instrumentos possíveis da legislação, que se encontram à disposição. Afastar as intervenções da Responsabilidade Civil no Direito de Família é deixar de utilizar importante instrumento que pretende a reparação de direitos lesados e por conseqüência, a punição e desmotivação do ofensor. É manter-se inerte perante as violações dos direitos da personalidade dos indivíduos, bem como

---

<sup>137</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito de família*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 102. (Sinopse Jurídica; v.2.)

<sup>138</sup> PORTUGAL, Manuela Botelho. *Responsabilidade civil por abandono afetivo*. 2012. 27 f. Artigo científico (Pós-Graduação), Pós-Graduação Lato Sensu, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>139</sup> Ibidem.

<sup>140</sup> Ibidem.

<sup>141</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil*: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3. p. 23.

contribuir para reiteração de condutas lesivas.<sup>142</sup>

Pelo exame da doutrina e da legislação brasileira, a indenização no caso de devolução mostra-se possível. O esmero, contudo, é imprescindível para que não ocorra uma caracterização inadequada e o Direito de Família não torne o Judiciário uma indústria indenizatória.<sup>143</sup>

Primordial, portanto, que os operadores do Direito intervenham em situações, pontencialmente, motivadoras de abalos psicológicos que influenciem na formação, a fim de garantir e preservar o bom desenvolvimento psicológico do infante, de forma a, conseqüentemente, afirmar seus direitos.<sup>144</sup> Assim, constatada a conduta dos adotantes, o dano ao adotando, o nexo causal de causa e efeito, bem como a culpa dos adotantes, devem os operadores do Direito tomar as medidas para que a criança seja indenizada, por meio, inclusive de pagamento de tratamento psicológico.

### 3.3 Caso concreto ilustrativo

A devolução de crianças e adolescentes pelas famílias que as adotam é uma realidade mais comum do que se pensa, não obstante a adoção seja instituto irrevogável perante a Justiça.<sup>145</sup>

Em caso acompanhado na Vara da Infância e da Juventude, casal devidamente inscrito no processo de habilitação de adoção em 22 de agosto de 2007 conseguiu efetivar o pedido de adoção de criança em 27 de julho de 2009. À época do pedido, a criança contava com três anos de idade. Fundamentam o pedido inicial no vínculo afetivo constituído entre a criança e os Requerentes e solicitam a mudança do nome do infante, incluindo um prenome.

Estudo técnico efetuado nos autos em 30 de junho de 2010, em

---

<sup>142</sup> PORTUGAL, Manuela Botelho. *Responsabilidade civil por abandono afetivo*. 2012. 27 f. Artigo científico (Pós-Graduação), Pós-Graduação Lato Sensu, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>143</sup> Ibidem.

<sup>144</sup> ANGELUCI, Cleber Affonso. Abandono afetivo: constituinte da dignidade da pessoa humana. *CEJ*, Brasília, v.10, n. 33, p. 1-11, jun. 2006.

<sup>145</sup> DIAS, Valéria. *Fatores de risco podem levar à devolução de crianças adotadas*, 2008. Disponível em: <<http://www.ensinosuperior.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=410>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

cumprimento às exigências legais, detecta dificuldades de relacionamento e convivência do casal com a criança. Pontua que a criança apresenta dificuldades em cumprir atividades sem receber orientação de um adulto, e somente as realiza se receber comandos.

Nesta oportunidade o Requerente expõe não concordar com a postura adotada pela esposa com relação à criança, haja vista a nítida resistência da Requerente em colaborar com a adaptação do infante à nova realidade. Diante do demonstrado, a equipe técnica da Infância e da Juventude sugeriu a participação do casal no grupo de adoção tardia, bem como a realização de psicoterapia familiar.

Em 22 de novembro de 2010 foi empreendido novo estudo técnico com a finalidade de averiguar o progresso da família após a sugestão de medidas. Contudo, o próprio Requerente declarou que a família participou poucas vezes do grupo de adoção tardia e sequer realizaram a recomendada psicoterapia, sob o argumento de que aguardavam diligências da Vara da Infância e da Juventude. Neste momento o casal manifestou interesse na desistência do processo e na devolução do infante. Entretanto, dias após o casal arrependeu-se da intenção e optaram por participar, algumas vezes, das atividades sugeridas.

Em 14 de dezembro de 2010, estudo técnico exhibe que o adotando já tem os adotantes como referência de família e que sua devolução lhe causaria imensuráveis prejuízos psicoemocionais. Enfatiza que o infante, inclusive, se reconhece pelo prenome intentado pelos Requerentes, posto que, desde que o acolheram, quotidianamente, o intitulam com novo prenome, distinto do biológico.

Passado três anos de vivência do infante na família substituta, os Requerentes formalizaram a desistência do pedido. A equipe técnica indica que o casal, ao longo do processo, manteve-se em uma condição passiva, na qual esperavam de terceiros a solução para suas questões familiares. Exemplifica o comportamento passivo na resistência dos adotantes em participar do grupo de adoção tardia, na espera pela apreciação do relatório pela Vara da Infância e da Juventude para assim procurarem psicoterapia e na responsabilidade da Vara da Infância e da Juventude por todas as dificuldades familiares.

O Ministério público ponderou e concluiu que investimentos na família ainda eram necessários e que, breve participação dos adotantes em psicoterapia familiar não era suficiente para modificar a dinâmica da família.<sup>146</sup>

Nota-se que, em casos como esse, a família adotante não empreendeu todos os esforços a fim de convalescer a convivência com o adotando e optaram que pela devolução, que será opção mais simples para os adotantes.

No caso em questão o adotando não se reconhecia mais pelo nome biológico, contudo é com ele que terá que conviver haja vista que a adoção não foi concluída para modificação do nome pelo qual se reconhece o infante.

Perante os laços de afinidade e afetividade constituídos com a família adotante em três anos de convivência, bem como pela idade em que a criança já se encontra, o adotando sofrerá dificuldades na inclusão em nova família, bem como em sua inserção social.

Configura-se nítida ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, dos direitos da personalidade da criança e ainda violação ao princípio da proteção integral e prioritária preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Diante do exposto, a responsabilidade civil dos adotantes é imperiosa com a finalidade de compensar os evidentes prejuízos sofridos pelo infante.

---

<sup>146</sup> Autos do processo nº. 5999-2/09. Os nomes das partes foram omitidos para preservar a identidade dos envolvidos em razão do segredo de justiça.

## CONCLUSÃO

O atual procedimento da adoção encontra-se em consonância com os princípios da proteção integral e prioritária, bem como o princípio do melhor interesse, norteadores da legislação especial referente a crianças e adolescentes. É processo rígido e revestido de orientações psicológicas, com finalidade de preservar os direitos dos menores.

Todavia, são conflitantes com a atual finalidade do instituto, as situações fáticas em que se consente com o prejuízo moral do adotando em face de devolução injustificada dos adotantes.

A burocracia do procedimento, ainda que sem explícitas intenções, conscientiza os interessados da responsabilidade da medida, bem como lhes garante tempo razoável para amadurecimento da ambição de adotar. Por esta razão não se pode considerar o arrependimento ou desconhecimento do instituto da adoção como justificativas plausíveis para a devolução.

As famílias adotantes costumam atravessar obstáculos na adaptação do infante ao novo lar. Há, notadamente, ideias e concepções internas que dificultam a inserção do adotando na família adotante e que, conseqüentemente, podem levar à pretensão de devolução do adotando ao Estado.

A devolução, porém, induz a traumas psicológicos, isto porque, na maioria dos casos, ao ser devolvido, o adotando já detém vínculo afetivo com a família adotante. O afeto e o cuidado como valores notáveis para construção da personalidade permite que a devolução possa constituir violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, quando causar-lhe vulnerabilidade social e desvalorização como pessoa.

Por esta razão, a devolução não pode ser adotada como medida resolutiva no âmbito jurídico, para casos de hostilidade na convivência entre adotando e família adotante.

Pretende-se, assim, por esta pesquisa, firmar a possibilidade de responsabilidade civil dos adotantes pela devolução das crianças acolhidas por

intermédio da adoção nas hipóteses em que houver desistência imotivada e, conjuntamente, ofensa aos direitos da personalidade da criança.

Crianças e adolescentes são aptos a experimentarem o dano moral. Em que pese, muitas vezes a ausência de compreensão e juízo, certamente padecerão, inconscientemente, de conseqüências futuras quanto ao desenvolvimento de sua personalidade e introdução social.

Salienta-se que a indenização civil em face da devolução dos adotandos, quando presentes os pressupostos necessários da responsabilidade civil subjetiva, quais sejam, conduta, dano, nexo causal e culpa, permite a efetivação do próprio fim social ao qual se reserva o instituto da responsabilidade civil.

Decerto que impraticável garantir o sucesso da adoção, porém, inconcebível permitir que o adotando seja lesado e que não haja qualquer compensação. Inaceitável, sobretudo por ser a adoção medida optada pelos interessados, procedimento que eles próprios, independente da motivação, se propuseram a empreender, não há que se dizer que foram forçados ou convocados.

Além disso, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente asseguram crianças e adolescentes como sujeitos de direito, em condições peculiares de desenvolvimento. Nesse contexto, seus direitos fundamentais são merecedores de proteção.

Por este motivo deve ser feita uma interpretação extensiva da responsabilidade civil e aplicação ao Direito de Família, utilizando-o como instrumento em favor da defesa dos direitos dos indivíduos envolvidos nas relações sociais, afetivas e familiares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*.

Brasília, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL. *Lei 3.071, de 1 de janeiro de 1916*. Dispõe sobre o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2012.

BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012.

ANGELUCI, Cleber Affonso. Abandono afetivo: constituinte da dignidade da pessoa humana. *CEJ*, Brasília, v.10, n. 33, p. 1-11, jun. 2006.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DEVOLUÇÃO de uma criança adotada. Adoção consciente, 2009. Disponível em:

<<http://adocaoconsciente.blogspot.com.br/2009/07/devolucao-de-uma-crianca-adotada.html>>. Acesso em: 07 abr. 2013.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade Civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. v.1.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Valéria. *Fatores de risco podem levar à devolução de crianças adotadas*, 2008. Disponível em:

<<http://www.ensinosuperior.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=410>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 7.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: direito de família*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 5.

DINIZ, Maria Helena. *O problema da liquidação do dano moral e o dos critérios para a fixação do “quantum” indenizatório*: Atualidades Jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2000.



GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de Direito Civil: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2004. v.3.

GARCIA, Enéas Costa. *Direito geral da personalidade no sistema jurídico brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito de família*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 19. (Sinopse Jurídica; v.2.)

GROENINGA, Giselle Câmara. *O direito a ser humano: da culpa à responsabilidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

LÔBO, Paulo. *Famílias: direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 247-267.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de Direito Civil*. 2 ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1962. v. 5.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito de família*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2.

NADER, Paulo. *Curso de direito civil: direito de família*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 5.

PLETI, Ricardo Padovini; MOREIRA, Rodrigo Pereira. O direito geral da personalidade e o princípio da dignidade da pessoa humana: estudo na perspectiva civil-constitucional. *Jus Navigandi*, Teresina, n. 2854, p. 1-4, abr. 2011.

PORTUGAL, Manuela Botelho. *Responsabilidade civil por abandono afetivo*. 2012. 27 f. Artigo científico (Pós-Graduação), Pós-Graduação Lato Sensu, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. 28. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 6.

SOUZA, Rabindranath V. A. Capelo de. *O direito geral de personalidade*. Coimbra: Coimbra, 1995.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 6.